

Yeda anuncia o maior investimento em rodovias da história do Daer com recursos do Tesouro



PAC2 terá com R\$ 104,5 bilhões para transportes

EDITORIAL

O Daer e os investimentos em 2010

Em 18 de março do corrente ano, recebemos honrosamente a visita da governadora Yeda Crusius e seu secretariado, prestigiando reunião almoço do nosso sindicato.

No encontro ficou referendada a expectativa de investimentos de até R\$ 1 bilhão no nosso setor no decorrer do ano de 2010, quase triplicando os valores dos anos anteriores.

Tal perspectiva associada ao atual cumprimento dos contratos por parte do estado, em função do efetivo controle orçamentário, projeta um ano excepcional para as empresas do setor.

O novo cenário, entretanto, estabelece uma grande responsabilidade entre as empresas e os órgãos gestores, no sentido de garantir ao estado a efetiva execução dos contratos previstos no valor projetado.

Das empresas, em relação à mobilização necessária de recursos tanto humanos quanto de equipamentos e materiais, inclusive asfáltico, cuja garantia de fornecimento deve ser monitorada sistematicamente.

Dos órgãos gestores em relação ao acompanhamento, medição e fiscalização dos serviços.

É mister que se faça um esforço conjunto a quatro mãos no controle das metas previstas, eliminando os óbices porventura existentes.

O Sicepot, desde já, se propõe a ser o elo efetivo entre seus associados e o Daer, promovendo encontros sistemáticos entre os envolvidos, disponibilizando a qualquer momento suas instalações e seu corpo técnico, no sentido de efetivamente controlar o acompanhamento do desenvolvimento dos serviços, garantindo ao estado o cumprimento de suas metas e às empresas o resultado do esforço extra dispendido.

As empresas envolvidas - construtoras, consultoras, pontoneiras e sinalizadoras - recebem com ufanismo o novo horizonte que se avizinha e prometem dar a reciprocidade necessária ao processo, garantindo ao estado as metas estabelecidas, sabedores que o atual modelo de gestão garante o efetivo cumprimento dos contratos, condição fundamental para o risco dos empreendedores.

Nelson Sperb Neto

Vice-presidente do SICEPOT-RS



Praça Osvaldo Cruz, nº 15 - cj.
1414
90.038-900 - Porto Alegre/RS
Fone: (51)3228-3677
Fax: (51)3228-5239
E-mail: diretoria@sicepotrs.com.br

Publicação mensal

Presidente

Athos Roberto Albarnaz Cordeiro

Vice-Presidente

Nelson Sperb Neto

Diretor Administrativo Financeiro

Pedro Antonio Affatato

Diretores Executivos

André Loiferman

Aroldo Carlos Duarte

Caetano Alfredo Silva Pinheiro

Jandir dos Santos Ribas

Odilon Alberto Menezes

Orgel de Oliveira Carvalho Filho

Ricardo Lins Portella Nunes

Vilson Flores Busnello

Conselho Fiscal

Titulares

Bill Bof Reis

Cristiano Lindner Ribas

Renan Schaeffer da Silva

Suplentes

Alexandre César Beck de Souza

Augusto Luiz Petzhold Tozzi

Hélio Antonio Amaral Militz

Delegados – Representantes junto à FIERGS

Titulares

Humberto César Busnello

Ricardo Lins Portella Nunes

Suplentes

Nilto Scapin

Paulo Eduardo Nunes Ponte

Produção e Edição

Principal Comunicação

Av. Chicago, 92

Fone (51) 3264-7932

Editor – Milton Wells

mwells@terra.com.br

Editoração

Lavoro C&M

Fone (51) 3407-5844

Tiragem: mil exemplares

LINCK

PESA CAT

Porto Alegre: 51 2125-5355
Caxias do Sul: 54 3223-2410
Passo Fundo: 54 3227-4611
www.pesa.com.br

CONJUNTURA

Oferta de asfalto ainda é insuficiente para a demanda do estado

Após o acordo obtido com a Petrobras pelo Comitê do Asfalto do Rio Grande do Sul, a distribuição de CAP no estado é considerada quase normal. A estatal praticamente dobrou a sua produção, mas as empresas, segundo o engenheiro Caetano Pinheiro, representante do SICEPOT-RS no Comitê, estão um pouco travadas em razão da forte demanda. A deficiência no abastecimento enfrenta dificuldades em praticamente toda a cadeia produtiva, desde a produção, distribuição e transporte, diz Pinheiro. "As entregas com produtos da REPAR ainda não estão dentro do esperado, o que esperamos resolver a partir de início de abril, conforme contatos com a Petrobras no Rio de Janeiro."

Atualmente, o volume médio mensal de consumo no Rio Grande do Sul é estimado em torno de 16 mil toneladas/mês, mas existe demanda entre 18 e 20 mil toneladas/mês, que deve superar a 25 mil toneladas nos meses se-



Foto Divulgação

Consumo atual de asfalto no RS é estimado em 16 mil toneladas por mês

guintes, diante da média de 6 e 7 mil toneladas/mês do ano passado. "Essa acentuada aceleração de demanda gera a necessidade de uma série de providências que estão sendo gradualmente equacionadas", diz Pinheiro.

"A Petrobras, a REFAP e a Refinaria Riograndense estão sendo parceiras e demonstram boa vontade em atender toda essa demanda crescente. Entretanto, a necessidade de triplicar a produção não pode ser

resolvida da noite para o dia. Além disso, o aumento de demanda de asfalto ocorre em todo o país. A Petrobras, inclusive, já está importando asfalto para o Nordeste, onde o problema é mais acentuado."

SICEPOT-RS lança primeiro curso em convênio com FGV

Com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar as aptidões conceituais, metodológicas e práticas de gestores e especialistas de empresas associadas, o SICEPOT-RS inaugura convênio com a FGV com o lançamento do primeiro curso de especialização em desenvolvimento gerencial.

As atividades iniciam-se em 23 deste mês e encerram-se em 18 de dezembro de 2010. Ao fi-

nal será outorgado pela Fundação Getúlio Vargas o certificado de "Curso de Desenvolvimento Gerencial, Nível Extensão" aos participantes que atenderem todos os critérios de aprovação estabelecidos no regulamento.

Conforme o engenheiro Renan Schaeffer da Silva, da Conterra, responsável pela área de cursos da Diretoria Administrativa da entidade, existem 40 vagas e o número mínimo é de

30 alunos. Dirigido aos gestores e especialistas de empresas associadas, o curso tem como objetivo a qualificação do engenheiro residente. "Dada à velocidade das inovações, o aperfeiçoamento profissional deve ser permanente", afirma.

O programa inclui os seguintes conteúdos: Comunicação Interpessoal, Liderança e Equipes (24 h/a); Negociação Empresarial (24 h/a); Estratégia e Planeja-

mento Estratégico (24 h/a); Análise de Viabilidade (24 h/a).

Gestão de Projetos na Construção Pesada (24 h/a); Gestão da Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde (24 h/a); Gestão de Obras (24 h/a) e Gerência em Construção Pesada (24 h/a). Local: SICEPOT-RS – Praça Oswaldo Cruz, 15 – Conj. 1414 – Porto Alegre – RS. Informações com Mauren. Fone: 3228-3677



• INFRAESTRUTURA



Governadora Yeda Crusius autorizou início de mais de 300 obras rodoviárias no estado

Governadora projeta investimentos de R\$ 1 bilhão em estradas

Em reunião-almoço do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas e Obras de Terraplanagem em Geral do Rio Grande do Sul (SICEPOT-RS), em 18 de março, a governadora Yeda Crusius afirmou que o estado resgatou a capacidade de construir estradas e que, neste ano, vai investir mais de R\$ 1 bilhão em rodovias.

“Os recursos estão no Orçamento. Nunca hou-

ve, em toda a história, um volume deste porte e nem capacidade de se realizar essas obras”, disse. Aos empresários do setor, Yeda apresentou um balanço das realizações de seu governo a partir do ajuste das contas públicas.

Para 2010, estão previstos investimentos totais de R\$ 3,5 bilhões em diferentes setores. No montante superior a R\$ 1 bilhão, previsto para obras rodoviárias, estão

incluídos R\$ 700 milhões do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-Prev), que foi liberado para uso em estradas pela Assembleia Legislativa. O projeto foi sancionado por Yeda em dezembro de 2009. “Queremos ter a melhor infraestrutura do País”, explicou.

De acordo com Yeda, o governo poderá fazer uma nova edição do Programa Estruturante Duplica RS e do Projeto O Estado na Estrada

para que a Região Metropolitana e a Serra tenham condições de receber os turistas que virão ao Rio Grande do Sul durante a Copa do Mundo 2014, além de melhorar a qualidade de vida da população.

Estado paga em dia os fornecedores

A governadora destacou a relação com os municípios gaúchos, e anunciou: “Este ano, vamos dar início a to-

dos os acessos municipais". Citou também investimentos em saúde, irrigação, agricultura e saneamento básico. "Estamos governando para os cidadãos, com transparência e compromisso", enalteceu. Ao lembrar a estagnação econômica do estado, quando assumiu o governo, Yeda disse que buscou a reestruturação do Rio Grande do Sul, com a construção de um orçamento realista, redução da dívida pública e retomada sustentável dos investimentos. Citou ainda como importantes, em sua administração, o contrato com o Banco Mundial, de US\$ 1,1 bilhão, cuja operação está sendo utilizada para abater parte da dívida extralimite do estado, além do pagamento em dia dos fornecedores.

"Tomamos a decisão política de fazer do Rio Grande do Sul um estado autô-



Grande número de representantes de empresas associadas ao Sicepot/RS compareceu à reunião-almoço

nomo para o financiamento do seu desenvolvimento."

Com a prática da gestão, o governo conseguiu reduzir, por exemplo, a dose da vacina contra a Febre Aftosa de R\$ 1,10 para R\$

0,56. "O futuro é melhorar a qualidade de vida, ter perspectivas de crescimento sustentável, investir no serviço público e trazer mais recursos privados", explicou. "Queremos ter o

melhor em segurança, em saúde e em educação. Vamos disputar a liderança econômica e política no cenário nacional", concluiu.

(Com assessoria de imprensa do Palácio Piratini)

RS em posição diferenciada em transportes

Segundo o presidente do SICEPOT-RS, engenheiro Athos Cordeiro, a sociedade exigia uma mudança de paradigmas da administração estadual, com o cumprimento de contratos firmados, principalmente em relação às empresas contratadas para obras de infraestrutura. Ele lembrou que a gestão de Yeda só firma compromissos que, efetivamente,

tem condições de pagar. "A senhora teve o grande mérito de enfrentar todas as dificuldades e conseguir fazer o ajuste fiscal. Isso é fundamental para o desenvolvimento do estado", afirmou. "O Rio Grande do Sul está em posição diferenciada. Vai ser o ano de maior investimento de sua história no setor de estradas", completou.



Athos Cordeiro: "O equilíbrio fiscal deve ser política de Estado"

INFRAESTRUTURA

Ritmo de obras da Rodovia do Parque começa a acelerar em abril

A partir da primeira quinzena de abril, as obras da chamada Rodovia do Parque começam a se intensificar. A previsão é do engenheiro Vladimir Casa, titular do DNIT/RS, que considera adequado o atual ritmo dos trabalhos.

No Lote 1, de 9,14 km, executado pelo Consórcio Sultepa – Toniolo, Busnello, segundo Casa, estão sendo efetivadas obras no viaduto do entroncamento da BR 118 com a BR-116 e a terraplenagem num segmento de 1 km, o que deve deslanchar após a conclusão da colheita de arroz, na região.

No Lote 2, de 5,30 km, de responsabilidade do Consórcio Construcap-Ferreira Guedes, está em obras o viaduto situado no entrocamento com a BR-386, devendo iniciar-se, em seguida, a terraplenagem do trecho.

Já o Lote 3 de 7,90 km, em execução pelo Consórcio Queiroz Galvão-OAS-Brasília-Guaíba, está na fase de fundações do viaduto que será localizado no entrocamento com a Freway, além de ultimados os preparativos para a fundações da ponte de 1.425 metros, que irá transpor o rio Gravatá e a BR-290. A obra terá um vão livre de 268 metros de trecho estaiado. Ou seja, constituída de um ou mais mastros, de onde partem cabos de sustentação para os tabuleiros da ponte. “São três frentes de trabalho que podem ser consideradas

modestas, mas que serão expandidas fortemente em seguida”, garante o titular do DNIT/RS. “Vamos acelerar as obras passo a passo”.

A rodovia terá uma extensão total de 22,3 quilômetros. Destes, 12,6 qui-

lômetros serão compostos por seis faixas, no trecho de Porto Alegre a Canoas, entre a BR-386 e a BR-290. O restante, 9,7 quilômetros, terá quatro faixas de rolamento a partir do entrocamento da BR-116 com a RS-118, entre

Sapucaia do Sul e Canoas. A previsão estimada de que o tráfego diário apenas na Rodovia do Parque seja em torno de 50 mil veículos. O total do investimento é de R\$ 932 milhões, com prazo de conclusão de 30 meses.

BR-101



Fotos Divulgação

Meta do DNIT/RS é concluir a rodovia ainda em setembro deste ano

Quase 70% da BR-101 entre Osório e Torres estão duplicados

Cerca de 70% do trecho gaúcho da BR 101, entre Osório e Torres (RS), já estão duplicados, conforme informação divulgada pelo Superintendente Regional do Departamen-

to Nacional de Infraestrutura de Transportes, Vladimir Casa. “Dos 88,5 quilômetros da rodovia, 61,5 já foram duplicados, sendo que destes, 23 ainda estão recebendo os acaba-

mentos finais para serem totalmente liberados em breve”, explica Casa.

Segundo o titular do DNIT/RS, no início de abril, um novo trecho de 4,5 quilômetros será liberado

PAC2 prevê R\$ 1,59 trilhão em investimentos

O PAC 2 em transportes será de R\$ 104,5 bilhões de 2011 a 2014 e de R\$ 4,5 bilhões após esse período, totalizando R\$ 109 bilhões. A informação foi divulgada em 29 de março quando foi anunciado novo programa que prevê, ao todo, R\$ 1,59 trilhão.

A concentração em projetos que beneficiam os moradores das grandes cidades é uma das novidades em relação à primeira versão do PAC. No programa, serão investidos R\$ 57,1 bilhões em projetos de saneamento e mobilidade urbana, entre outros.

Outra nova área do PAC 2 é o Comunidade Cidadã, que pretende aumentar a presença do estado em bairros populares, com o objetivo de ampliar a cobertura dos serviços do estado. Serão investidos R\$ 23 bilhões em obras como a construção de 500 unida-



PAC2 vai dar ênfase ao saneamento das grandes cidades

des de pronto atendimento à saúde, 8.694 unidades básicas de saúde, 6 mil creches e pré-escolas, 10.116 quadras poliesportivas em escolas, 800 praças do PAC e 2.883 postos de polícia comunitária.

Ainda na frente social, o governo pretende investir R\$ 278,2 bilhões, entre 2011 e 2014 no PAC Minha Casa, Minha Vida. Serão construídas ao todo 2 milhões de unidades habitacionais.

PAC Energia

A previsão preliminar de investimento do PAC 2 é de R\$ 1,59 trilhão. Segundo informações divulgadas à imprensa, esse valor será dividido entre os períodos 2011-2014 (R\$ 958,9 bilhões) e pós 2014 (R\$ 631,6 bilhões). A maior parte dos recursos - cerca de dois terços - será destinado ao PAC Energia, cuja estimativa de investimentos é de R\$ 465,5 bilhões de 2011 a 2014 e de R\$ 627,1

bilhões após esse período, o que representa uma soma de R\$ 1,092 trilhão.

PAC Água e Luz para Todos

A previsão é de que o PAC Água e Luz para Todos, que pretende universalizar o acesso aos serviços de água e energia elétrica, receba R\$ 30,6 bilhões. A intenção é realizar 495 mil novas ligações de energia no Brasil, com investimentos de R\$ 5,5 bilhões e alocar outros R\$ 13 bilhões na expansão da rede de abastecimento de água em áreas urbanas, com a construção de adutoras, estações de tratamento e reservatórios, além de redes de distribuição de águas.

Uma outra frente de atuação do PAC 2 será na área de recursos hídricos, onde o governo federal planeja investir R\$ 12,1 bilhões, em 54 empreendimentos, como os projetos de abastecimento de água, complementares ao projeto do Rio São Francisco.

para o tráfego, situado entre o Km 52,7 e o Km 57, nas proximidades da ponte da Sanga Funda.

Ele lembra, também, que uma das obras mais importantes da duplicação é a construção do túnel do Morro Alto, que encurtará o percurso da estrada em 11 quilômetros (atualmente, a rodovia conta com 99,5 quilômetros), devido à mudança do traçado

em Maquiné. A execução desta obra exigiu um projeto bastante complexo e arrojado, pois, além da escavação do túnel, foi necessária a instalação de estruturas capazes de sustentar a estrada no interior do Morro.

"Estamos na fase final desta parte da obra. São 5 quilômetros de rodovia, que compreendem os acessos e o próprio túnel

e que já estão totalmente duplicados, faltando, apenas, a instalação do sistema de iluminação e de ventilação no interior do túnel do Morro Alto", informa. "Estamos empenhando todos os esforços para que até o final de setembro o trecho sul da BR 101 possa ser usado em toda a sua plenitude", finaliza o Superintendente do DNIT.

Situação da rodovia

- 38,5 quilômetros duplicados (43%), dos quais 29,5 quilômetros já liberados
- 23 quilômetros duplicados, mas com pista velha a ser melhorada (26%)
- 27 quilômetros em obras (31%) – previsão de liberação de novos trechos em maio

MEIO AMBIENTE

Interrupções de obras por motivos ambientais podem ser evitadas

Os constantes entraves nas obras de infraestrutura provocados pelas questões ambientais, segundo o advogado e consultor em meio ambiente Marcino Fernandes Rodrigues Junior, poderão ser contornados por meio de projetos que compatibilizem os aspectos jurídicos, técnicos e políticos de cada empreendimento. Hoje, lembra Rodrigues, dado o arcabouço legal do licenciamento ambiental, existem fatores que provocam a paralisação de obras, nem sempre diretamente ligados à preservação ambiental, caso da presença de comunidades indígenas ou quilombolas nas proximidades das construções. “Por isso a importância de desenvolver cada projeto de forma interligada, para contemplar cada um de seus aspectos”, observa.

Nessa linha é impor-



Foto Divulgação

Audiência pública da Barragem do Taquarembó

tante ao construtor adotar uma política de relacionamento com os gestores públicos como a Fepam, Ministério Público Estadual, Secretaria Municipal de Meio ambiente e Secretaria

Estadual de Meio Ambiente, acrescenta Rodrigues que é membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB/RS.

Dada a crescente importância do direito ambiental, ele lembra que recentemente

te a questão deixou de ser atribuição de varas comuns, passando a fazer parte de varas cível e criminal especializadas em meio ambiente e juizado especial criminal na justiça de primeiro grau.

DNIT aponta exageros técnicos

O desenvolvimento da malha rodoviária e ferroviária no Brasil é prejudicado pela legislação ambiental ultrapassada. A declaração é de Ângela Parente, diretora de Meio Ambiente do Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte).

“O arcabouço legal do licenciamento ambiental entrava avanços de obras de infra-estrutura com questões pequenas, que não comprometem a degradação do meio

ambiente, apenas atrapalham o andamento das obras no país”, afirma Ângela.

Segundo a diretora, hoje, para promover a construção de rodovias, não basta obter o licenciamento ambiental. Ela aponta que inúmeras obras ficam paradas por conta de questões variadas, nem sempre diretamente ligadas à preservação ambiental, caso da presença de comunidades indígenas ou quilombolas nas proximidades das construções.

“Temos verba, licitação, mas o projeto não anda por conflitos sociais. E o grande absurdo é que essas populações não seriam prejudicadas”, comenta.

A descoberta de sítios arqueológicos no entorno de obras é outra dificuldade constante, de acordo com a diretora. “Não é possível que o Brasil esteja cercado de inúmeros sítios. Qualquer mínimo detalhe é motivo para travar os projetos. São questões que não deveriam

estar dentro do guarda-chuva da preservação ambiental.”

Ângela Parente destaca que esses atrasos têm um grande custo para o Dnit. O departamento gasta de 5% a 9% do valor das obras para resolver problemas de contingenciamento.

“Executar o que manda a lei é caro e muito difícil e não há nenhum benefício direto para o meio ambiente. São apenas exageros técnicos”, diz a diretora.